



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000220240426000204

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Prefeitura Municipal de Ipaporanga, Ceará, identificou a necessidade imprescindível de adquirir equipamentos de segurança pessoal e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os Vigilantes e Guardas Cívicos Municipais. Esses profissionais estão diariamente engajados em operações que visam a manutenção da ordem e do bem-estar social nos ambientes públicos do município, enfrentando diversas situações de risco que exigem proteção adequada para garantir sua segurança e integridade física.

A aquisição destina-se a equipar adequadamente esses servidores, possibilitando que realizem suas funções com o máximo de eficiência e o mínimo de riscos à sua segurança. Essa necessidade surge da exposição constante a perigos potenciais durante o exercício de suas atividades, que incluem patrulhamento, atendimento a ocorrências, e outras ações que requerem contato direto com o público em geral e, em alguns casos, com indivíduos em comportamento agressivo ou delituoso.

Os equipamentos de segurança pessoal e EPIs são fundamentais para prevenir lesões, minimizar os riscos de acidentes e proteger a saúde desses trabalhadores frente às ameaças encontradas durante a realização de suas tarefas. A falta de equipamento adequado não somente coloca em risco a segurança dos Vigilantes e Guardas Cívicos Municipais, mas também compromete a eficácia das operações de segurança, podendo resultar em consequências graves para a ordem pública e para o bem-estar da comunidade de Ipaporanga.

Portanto, a contratação visando a aquisição desses equipamentos é essencial não apenas para atender às necessidades operacionais da segurança pública municipal, mas também para assegurar a conformidade com normas de segurança do trabalho, diretrizes de saúde ocupacional e legislação vigente que protege os trabalhadores em suas atividades laborais. Esta iniciativa reflete o compromisso da Administração Municipal com a segurança pública, o respeito aos direitos e à integridade física dos servidores, e o bem-estar da população de Ipaporanga.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Gabinete do Prefeito	Maria Neide Gomes Batista

3. Descrição dos Requisitos da Contratação





A descrição dos requisitos da contratação é uma etapa fundamental para garantir a escolha da solução mais adequada e sustentável. Esta fase deve contemplar critérios e práticas de sustentabilidade, atendendo às legislações e regulamentações aplicáveis, além de assegurar padrões mínimos de qualidade e desempenho. Os requisitos descritos buscam promover não somente uma contratação eficiente e eficaz, mas também alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, em conformidade com o Art. 5º da Lei 14.133/2021, que reforça a observância aos princípios da eficiência, do interesse público e do desenvolvimento nacional sustentável.

Requisitos Gerais:

- Todos os equipamentos e EPIs deverão estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, garantindo a segurança e a proteção adequada aos usuários.
- Os produtos deverão vir acompanhados de manuais de instrução em português, claramente indicando as instruções de uso, manutenção, conservação e higienização.
- Deve ser garantida a durabilidade dos equipamentos e EPIs, considerando as condições normais de uso pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais.

Requisitos Legais:

- Os fornecedores devem cumprir todas as leis trabalhistas e ambientais vigentes no país.
- É obrigatório que os equipamentos e EPIs possuam certificação de aprovação emitida por órgão competente, assegurando seu desempenho e qualidade.

Requisitos de Sustentabilidade:

- Priorização de produtos com menor impacto ambiental, inclusive no que se refere à produção, uso e descarte.
- Preferência por produtos que possuam embalagens recicláveis ou reduzidas.
- Incentivo à aquisição de EPIs produzidos com materiais recicláveis ou biodegradáveis, buscando reduzir o impacto ambiental da contratação.

Requisitos da Contratação:

- A definição clara da quantidade e especificação dos equipamentos e EPIs, baseada nas necessidades reais e na quantidade de servidores.
- Estabelecimento de critérios claros para inspeção e aceite dos produtos entregues, garantindo sua conformidade com os requisitos especificados.
- Previsão de treinamento para uso correto e manutenção dos equipamentos e EPIs, onde aplicável.

Finalizando, é essencial que os requisitos para esta contratação sejam estritamente necessários e suficientes, sem especificações excessivas que possam limitar a competição ou excluir potenciais fornecedores aptos a atender as necessidades do Município de Ipaporanga-Ce. Dessa forma, busca-se assegurar não apenas a qualidade e a eficiência dos equipamentos e EPIs adquiridos, mas também promover práticas de contratações públicas sustentáveis e economicamente vantajosas, em alinhamento com as melhores práticas e legislação aplicável, garantindo o melhor interesse público.

4. Levantamento de mercado





O levantamento de mercado para a aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário em serviço nas ações de segurança na manutenção da ordem e do bem-estar social, realizada pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais nos ambientes Públicos do Município de Ipaporanga-CE, evidencia diversas soluções de contratação disponíveis entre os fornecedores e órgãos públicos. As principais soluções identificadas incluem:

- Contratação direta com fornecedor, mediante processo licitatório tradicional, possibilitando a seleção de propostas que ofereçam o melhor custo-benefício dentro das especificações técnicas demandadas;
- Contratação por intermédio de terceirização, onde uma empresa especializada é responsável por fornecer os equipamentos, bem como garantir sua manutenção e reposição conforme necessário;
- Consortia de compra com outros órgãos ou entidades públicas para aproveitamento de economias de escala, possibilitando a obtenção de preços mais vantajosos e termos de contrato mais favoráveis;
- A utilização de Atas de Registro de Preços, permitindo aderir a contratos já negociados por outros órgãos públicos, assegurando agilidade no processo de contratação e potencial economia;
- Formas alternativas de contratação, como parcerias público-privadas (PPP), em situações em que o fornecimento dos equipamentos possa ser associado a um serviço de gestão logística e de manutenção dos equipamentos.

Ao avaliar as soluções de contratação, considerando as especificidades da demanda do Município de Ipaporanga-CE por equipamentos de segurança pessoal e EPI, bem como a urgência e a continuidade que o serviço exige, sugere-se que a **contratação direta com fornecedor**, por meio de processo licitatório, é a solução mais adequada. Esta opção permite uma seleção rigorosa de propostas que atendam às rigorosas especificações técnicas exigidas para os equipamentos de segurança, assegurando assim a qualidade e a efetividade necessárias para a proteção dos profissionais envolvidos.

Além disso, a contratação direta facilita a fiscalização e o gerenciamento do contrato por parte do órgão público, garantindo melhor acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais, incluindo prazos de entrega, padrões de qualidade dos materiais e eficácia do serviço de pós-venda para manutenção e reposição dos equipamentos.

5. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a aquisição de equipamentos de segurança pessoal e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para uso diário em serviço pelas equipes de Vigilantes e Guardas Civis Municipais no Município de Ipaporanga-Ce leva em consideração um amplo levantamento e análise das opções disponíveis no mercado. Este levantamento, realizado conforme estabelecido pelo Art. 18, §1º, incisos IV e V da Lei 14.133/2021, foca na identificação e seleção da solução que melhor atende às necessidades específicas da administração pública e do público servido, considerando tanto as características técnicas dos equipamentos quanto os aspectos de segurança, durabilidade, conforto e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Após cuidadosa avaliação das alternativas, consideramos que a solução selecionada é





a mais adequada disponível no mercado, baseando-se nos seguintes critérios definidos pela Lei 14.133/2021:

- **Cumprimento das Normas Técnicas:** Todos os equipamentos e EPIs propostos estão em plena conformidade com as normas técnicas relevantes, garantindo assim a segurança e a proteção dos profissionais em serviço.
- **Optimização do Custo-Benefício:** A escolha deste conjunto de equipamentos foi embasada na análise de suas capacidades de oferecer a melhor relação custo-benefício, não apenas em termos financeiros mas também em termos de eficácia na proteção dos servidores, considerando o ciclo de vida total dos produtos.
- **Tecnologia e Inovação:** Conforme preconizado pelo Art. 11, inciso IV, e Art. 26, a seleção foi orientada também pela identificação de soluções que incorporam inovações tecnológicas e materiais de última geração, oferecendo assim um avanço significativo na segurança e no bem-estar dos servidores municipais.
- **Sustentabilidade:** Alinhada aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável prescritos pela lei, a solução proposta privilegia equipamentos e EPIs produzidos com base em práticas de sustentabilidade, refletindo o compromisso da administração pública com a preservação do meio ambiente e com a responsabilidade social.

Em suma, a solução identificada, composta pelos equipamentos de segurança pessoal e EPIs, representa a mais adequada resposta às necessidades do Município de Ipaporanga-Ce, estando alinhada ao planejamento estratégico e à garantia do melhor aproveitamento dos recursos públicos. Esta escolha é justificada pela combinação de fatores como conformidade normativa, eficiência, inovação e sustentabilidade, almejando resultados significativos na proteção e segurança dos servidores municipais, em coerência com os objetivos e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133/2021.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	Coturno	20,000	Par
Especificação: Coturno tipo Militar cano médio de couro e lona, leve e confortável, com zíper e fechamento com cadarço e ilhoses.			
2	Cinto segurança	16,000	Unidade
Especificação: Cinto de nylon com fivela nylon 600 com uma fivela de 2 garras, permitindo adaptação de tamanho.			
3	Cinto Vestuário	8,000	Unidade
Especificação: 3. Cinto Tático militar com fivela em polímero com design, fabricado 100% em poliéster de 4cm de largura			
4	Fardamento , acessório	10,000	Unidade
Especificação: Suporte / Porta Tonfa, produzido em polímero, possuindo argola em polímero para colocação da tonfa e fita de nylon com fechamento em botão para fixação do cabo, Fixação no cinto através de trava modelo clips.			
5	Acessório Equipamento Segurança	30,000	Unidade
Especificação: 5. Porta Spray/lanterna de Alta resistência em tecido Rip stop preto, reforçado com fita CA de Nylon na parte interna para maior durabilidade, medindo 20cm x 5cm regulável. Prendedor de cinto em aço (tipo presilha). Super discreto e durável, com fechamento lateral em elástico para melhor ajuste e Fechamento da aba em velcro, proporcionando regulagem de comprimento, de acordo a sua necessidade.			
6	Meia	16,000	Par
Especificação: Meias de algodão cano longo			
7	Apito	10,000	Unidade





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
Especificação: Apito de metal Produzido em PS de Alto Impacto			
8	Bastão antitumulto	6,000	Unidade
Especificação: Tonfa Bastão modelo tonfa militar, produzida em um único molde, em polímero de alta resistência com alta absorção de impacto.			
9	Espargidor Defensivo	6,000	Unidade
Especificação: Spray Pimenta em embalagem de 110ml com 15x3,5 centímetros.			
10	Camiseta	15,000	Unidade
Especificação: Camiseta Interna 100% algodão preta, maga curta, gola redonda, com logos bordados nas mangas, frente e QRA na parte frontal direita.			
11	Fardamento , acessório	10,000	Unidade
Especificação: Fiel (Ombro) composto por cordão de nylon, modelo traçado na cor branca e preto.			
12	Lanterna elétrica	8,000	Unidade
Especificação: Lanterna Tática led com Sinalizador			
13	Boina	14,000	Unidade
Especificação: Boina Lyon fabricada em malha de lã, borda de couro, alta maleabilidade, reforço semicircular para fixação de distintivos, com brasão instalado.			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Coturno	20,000	Par	606,30	12.126,00
Especificação: Coturno tipo Militar cano médio de couro e lona, leve e confortável, com zíper e fechamento com cadarço e ilhoses.					
2	Cinto segurança	16,000	Unidade	36,63	586,08
Especificação: Cinto de nylon com fivela nylon 600 com uma fivela de 2 garras, permitindo adaptação de tamanho.					
3	Cinto Vestuário	8,000	Unidade	114,67	917,36
Especificação: 3. Cinto Tático militar com fivela em polímero com design, fabricado 100% em poliéster de 4cm de largura					
4	Fardamento , acessório	10,000	Unidade	70,27	702,70
Especificação: Suporte / Porta Tonfa, produzido em polímero, possuindo argola em polímero para colocação da tonfa e fita de nylon com fechamento em botão para fixação do cabo, Fixação no cinto através de trava modelo clips.					
5	Acessório Equipamento Segurança	30,000	Unidade	64,77	1.943,10
Especificação: 5. Porta Spray/lanterna de Alta resistência em tecido Rip stop preto, reforçado com fita CA de Nylon na parte interna para maior durabilidade, medindo 20cm x 5cm regulável. Prendedor de cinto em aço (tipo presilha). Super discreto e durável, com fechamento lateral em elástico para melhor ajuste e Fechamento da aba em velcro, proporcionando regulagem de comprimento, de acordo a sua necessidade.					
6	Meia	16,000	Par	29,14	466,24
Especificação: Meias de algodão cano longo					
7	Apito	10,000	Unidade	39,70	397,00
Especificação: Apito de metal Produzido em PS de Alto Impacto					
8	Bastão antitumulto	6,000	Unidade	58,27	349,62
Especificação: Tonfa Bastão modelo tonfa militar, produzida em um único molde, em polímero de alta resistência com alta absorção de impacto.					
9	Espargidor Defensivo	6,000	Unidade	98,98	593,88
Especificação: Spray Pimenta em embalagem de 110ml com 15x3,5 centímetros.					
10	Camiseta	15,000	Unidade	69,67	1.045,05





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: Camiseta Interna 100% algodão preta, manga curta, gola redonda, com logos bordados nas mangas, frente e QRA na parte frontal direita.					
11	Fardamento , acessório	10,000	Unidade	31,97	319,70
Especificação: Fiel (Ombro) composto por cordão de nylon, modelo traçado na cor branca e preto.					
12	Lanterna elétrica	8,000	Unidade	105,02	840,16
Especificação: Lanterna Tática led com Sinalizador					
13	Boina	14,000	Unidade	129,67	1.815,38
Especificação: Boina Lyon fabricada em malha de lã, borda de couro, alta maleabilidade, reforço semicircular para fixação de distintivos, com brasão instalado.					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 22.102,27 (vinte e dois mil, cento e dois reais e vinte e sete centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme orientado pela Lei nº 14.133/2021, que estimula o parcelamento do objeto das licitações para fomentar a competitividade e possibilitar um melhor aproveitamento do mercado, realizamos uma análise detalhada para validar a viabilidade do parcelamento na aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para os Vigilantes e Guardas Civis Municipais no Município de Ipaporanga-Ce.

Avaliação da Divisibilidade do Objeto: Verificou-se que os equipamentos de segurança pessoal e EPI são tecnicamente divisíveis sem comprometer sua funcionalidade ou eficácia. Esta divisibilidade permite atender as diferentes necessidades específicas dos Vigilantes e Guardas Civis Municipais, assegurando o atendimento às demandas com precisão.

Viabilidade Técnica e Econômica: A análise indica que a divisão do objeto em lotes menores é técnica e economicamente viável. Essa abordagem não apenas mantém a qualidade dos equipamentos, mas também assegura a eficácia dos resultados almejados pela Administração, sem acarretar aumento proporcional dos custos.

Economia de Escala: A divisão em lotes foi cuidadosamente estudada para garantir que não resulte em perda de economia de escala. Ao contrário, o parcelamento proposto tende a otimizar o uso dos recursos financeiros disponíveis, aproveitando melhor as ofertas do mercado e potencializando a economia nos custos globais da aquisição.

Competitividade e Aproveitamento do Mercado: O parcelamento efetivamente contribui para a ampliação da competitividade, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, incluindo empresas de menor porte. Essa diversificação de fornecedores fortalece o mercado e fomenta práticas comerciais justas, beneficiando tanto a Administração Pública quanto os participantes do processo licitatório.

Decisão pelo Parcelamento: Considerando o contexto apresentado, a decisão pelo parcelamento justifica-se por potencializar a participação competitiva, garantir a adequação técnica dos equipamentos e EPIs solicitados, e assegurar uma aquisição economicamente mais vantajosa. A segmentação do objeto em lotes específicos demonstrou ser a melhor estratégia para atender às demandas da Administração sem prejudicar a economia de escala.





Análise do Mercado: A decisão pelo parcelamento está alinhada às práticas do setor econômico em questão. Uma análise de mercado detalhada confirmou que a divisão em lotes menores está em conformidade com as estratégias de fornecimento praticadas pelos fornecedores de equipamentos de segurança e EPI, as quais preveem flexibilidade e adaptabilidade às necessidades dos contratantes.

Por meio deste estudo, concluímos que o parcelamento da aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI em lotes específicos é a abordagem que melhor alinha as metas de economicidade, eficiência e eficácia administrativa, assegurando o cumprimento dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência propugnados pela Lei nº 14.133/2021.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação para aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário em serviço pelas equipes de segurança, que compõem os Vigilantes e Guardas Civis Municipais nos ambientes públicos do Município de Ipaporanga-Ce, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Ipaporanga para o exercício financeiro correspondente.

Este processo de contratação foi devidamente planejado e está elencado nas ações previstas no Plano de Contratações Anual, refletindo o compromisso da Prefeitura Municipal de Ipaporanga com a segurança pública e o bem-estar social da comunidade. A inclusão deste processo no Plano de Contratações Anual evidencia o reconhecimento da necessidade de equipar adequadamente os profissionais encarregados da segurança pública municipal, garantindo que possam desempenhar suas funções de maneira segura e eficiente, em conformidade com as políticas de gestão pública e segurança implantadas pela Administração Municipal.

O alinhamento estratégico desta contratação com o Plano de Contratações Anual assegura sua consonância com os objetivos de médio e longo prazo estabelecidos pela gestão municipal, estando igualmente alinhada aos princípios de planejamento e eficiência preconizados pela Lei 14.133/2021. Desta forma, a realização desta contratação não só atende aos requisitos legais e técnicos necessários, como também aos anseios da comunidade Ipaporanguense, promovendo a otimização dos recursos públicos e contribuindo para um ambiente mais seguro e protegido.

Ademais, a inclusão deste processo de contratação no Plano de Contratações Anual demonstra a transparência e a responsabilidade fiscal da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, reforçando o compromisso com a governança pública eficaz e com o desenvolvimento sustentável do município.

10. Resultados pretendidos

A eficácia da contratação para aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPIs para uso dos Vigilantes e Guardas Civis Municipais no Município de Ipaporanga-Ce, alinhada à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, busca atender às demandas específicas de segurança e bem-estar social de maneira eficiente e sustentável. Considerando os objetivos delineados na lei e sua aplicabilidade ao contexto desta contratação, os resultados pretendidos com a presente aquisição são:





- **Seleção de Propostas mais Vantajosas:** Conforme estabelecido pelo Art. 11 da Lei nº 14.133/2021, um dos resultados primordiais é assegurar a escolha da proposta mais vantajosa, não apenas em termos de custo-benefício, mas também considerando a qualidade, durabilidade dos EPIs e equipamentos de segurança pessoal, sua conformidade com as normas técnicas e sua adequação às necessidades especiais dos serviços prestados pelos vigilantes e guardas civis municipais.
- **Tratamento Isonômico:** Em alinhamento ao Inciso II do Art. 11, visamos proporcionar um tratamento isonômico aos licitantes, garantindo uma concorrência justa e aberta que estimule a competição e favoreça condições equitativas, respeitando os princípios da Lei nº 14.133/2021.
- **Inovação e Desenvolvimento Sustentável:** De acordo com o Inciso IV do Art. 11, a aquisição almeja incentivar a adoção de inovações tecnológicas que promovam o desenvolvimento sustentável, através da seleção de EPIs e equipamentos que incorporem avanços técnicos, sejam eficientes e produzidos com menor impacto ambiental possível.
- **Transparência e Publicidade:** Consoante aos princípios da legalidade, publicidade e eficiência, destacados no Art. 5º, a gestão deste processo licitatório busca ser um modelo de transparência, sendo todas as fases adequadamente divulgadas e garantindo o acesso à informação para todos os stakeholders envolvidos.
- **Melhoria da Segurança Pública:** Alinhado ao objetivo maior da ação, espera-se que a aquisição destes equipamentos de segurança pessoal e EPIs resulte em uma melhoria direta das condições de trabalho dos vigilantes e guardas civis municipais, aumentando a eficácia das operações de segurança e a sensação de segurança no município, contribuindo assim para o bem-estar social geral.
- **Economia e Eficiência na Utilização dos Recursos Públicos:** Respeitando o princípio da economicidade, previsto tanto na Lei nº 14.133/2021 quanto nas diretrizes de governança da alta administração (Art. 11, parágrafo único), a contratação prevê uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, assegurando que o investimento gerará retorno em forma de serviços de qualidade para a população.

Desse modo, os resultados pretendidos com a contratação fundamentam-se firmemente nos preceitos estabelecidos pela Lei de Licitações nº 14.133/2021, projetando um impacto positivo e amplo não só para a administração pública e os servidores diretamente envolvidos, mas para toda a comunidade de Ipaporanga-Ce.

11. Providências a serem adotadas

Com base na Lei nº 14.133/2021, para a eficiente aquisição de equipamentos de segurança pessoal e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para Vigilantes e Guardas Civis Municipais do Município de Ipaporanga-Ce, serão adotadas as seguintes providências:

- Desenvolvimento de um diagnóstico detalhado sobre o estado atual dos EPIs e equipamentos de segurança em uso, incluindo a frequência e as condições de uso, para identificar necessidades de reposição ou atualização tecnológica.
- Realização de pesquisa de mercado aprofundada para identificar opções de fornecedores que atendam às especificações técnicas exigidas e que sejam capazes de fornecer os quantitativos necessários dentro dos prazos estabelecidos.
- Elaboração de um Termo de Referência detalhado, baseado no Estudo Técnico Preliminar, que inclua todas as especificações técnicas dos EPIs e equipamentos





de segurança, bem como as condições de fornecimento, pagamentos, e critérios de aceitação.

- Capacitação de equipe interna responsável pela fiscalização e gestão do contrato, garantindo que os equipamentos e EPIs sejam utilizados corretamente e que a manutenção seja realizada conforme as normas técnicas aplicáveis.
- Implementação de procedimentos para inspeção e recebimento dos EPIs e equipamentos de segurança, assegurando a conformidade com as especificações técnicas e a qualidade dos produtos.
- Definição de critérios para o armazenamento adequado dos equipamentos e EPIs, visando preservar suas características e prolongar sua vida útil.
- Estabelecimento de um sistema de registro e controle de distribuição dos EPIs e equipamentos de segurança, para garantir o rastreamento da entrega aos usuários finais e facilitar o gerenciamento de estoques.
- Adaptação de metodologias para avaliação periódica do estado dos equipamentos e EPIs em uso, visando identificar necessidades de substituição ou atualização por versões mais modernas e seguras.
- Preparação para a realização do processo licitatório, incluindo a escolha da modalidade de licitação mais adequada, conforme o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que assegure competitividade, transparência e obtenção do melhor custo-benefício para a Administração.
- Realização de reuniões preparatórias com potenciais fornecedores para esclarecer dúvidas sobre o Termo de Referência e garantir a ampla participação no processo licitatório.
- Adoção de medidas para promover a sustentabilidade, considerando opções de EPIs e equipamentos produzidos com materiais recicláveis ou biodegradáveis, visando contribuir para redução do impacto ambiental.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

A decisão pela não adoção do sistema de registro de preços para a aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário em serviço nas ações de segurança na manutenção da ordem e do bem estar social, realizada pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais nos ambientes Públicos do Município de Ipaporanga-Ce, fundamenta-se na análise criteriosa das disposições da Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos pertinentes à Administração Pública.

De acordo com o Art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, possibilitando a realização de licitação específica para a aquisição pretendida desde que devidamente motivada. Este dispositivo nos leva a considerar a especificidade e a singularidade dos equipamentos de segurança e EPI necessários aos Vigilantes e Guardas Civis Municipais, os quais demandam uma aquisição que atenda às necessidades específicas de segurança com precisão, qualidade e adequação às normas técnicas aplicáveis. A diversidade de itens e a evolução tecnológica constante dos equipamentos de segurança sugerem que o processo tradicional de licitação é mais adequado para garantir a obtenção de produtos que atendam exatamente às necessidades dos profissionais envolvidos.

Ademais, o Art. 84 enfatiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso. Essa temporalidade pode não ser compatível com as necessidades da Administração Pública de Ipaporanga-Ce, que busca o atendimento às demandas de segurança de forma eficaz e contínua, com possíveis atualizações ou mudanças nas especificações





técnicas dos equipamentos exigidos em curto espaço de tempo.

Além disso, o processo relacionado ao sistema de registro de preços, embora eficiente sob diversas perspectivas, exige gestão e monitoramento contínuos para garantir a atualidade e a competitividade dos preços registrados, conforme disposto no Art. 85. A natureza específica e a criticidade dos EPs e equipamentos de segurança para os Vigilantes e Guardas Civis Municipais exigem um processo de aquisição que priorize a qualidade, a adequação às normas técnicas e a resposta rápida às necessidades emergentes, aspectos esses que podem ser melhor gerenciados por meio de licitações específicas para cada aquisição.

Por tais razões, conclui-se que a não adoção do registro de preços é a decisão mais coerente e vantajosa para a Administração Pública de Ipaporanga-Ce, visando assegurar a eficácia, a segurança e o bem-estar dos profissionais envolvidos nas ações de segurança pública, assim como a melhor aplicação dos recursos públicos. Esta escolha está alinhada com o objetivo da Lei nº 14.133/2021 de promover licitações e contratações que assegurem a obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração, conforme estabelece o Art. 11, que define os objetivos do processo licitatório.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratos administrativos, especificamente no que diz respeito à formação de consórcios por parte das empresas participantes de processos licitatórios, é imperioso considerar as implicações dessa modalidade de participação no âmbito das contratações públicas.

Embora o artigo 15 da referida Lei permita, sob certas condições, a participação de pessoas jurídicas em consórcio nas licitações, é necessário assegurar a aplicação dos princípios da administração pública, sobretudo no que concerne à isonomia, competitividade, e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Desse modo, considerando a natureza da aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário em serviço nas ações de segurança na manutenção da ordem e do bem-estar social, realizada pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais no Município de Ipaporanga-Ce, posicionamo-nos contra a participação de empresas na forma de consórcio por razões substanciais.

A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se pela necessidade de:

- **Garantir a especialização:** Os equipamentos de segurança pessoal e EPI demandados requerem alto nível de especialização técnica e conformidade com normas técnicas específicas. A formação de consórcios poderia comprometer a responsabilidade direta pelo cumprimento desses requisitos técnicos essenciais.
- **Preservar a competitividade:** A admissão de consórcios poderia restringir a ampla participação de empresas menores, que embora possuam capacidade de fornecer parte dos equipamentos e EPs requeridos, poderiam ser preteridas em favor de consórcios formados por empresas maiores com maior poder de barganha.
- **Auxiliar na gestão e fiscalização do contrato:** A contratação com uma única entidade simplifica os processos de gestão e fiscalização do contrato, evitando disputas ou desentendimentos entre os consorciados que possam prejudicar a entrega e a manutenção dos equipamentos.





- **Assegurar conformidade legal:** Com base no princípio da legalidade, articulado ao artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a vedação aos consórcios objetiva prevenir potenciais conflitos de interesse e assegurar que a escolha dos fornecedores atenda integralmente aos critérios de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Portanto, visando assegurar maior eficiência administrativa, transparência no processo de licitação, além de maximizar a qualidade e a eficácia dos equipamentos de segurança e EPI fornecidos à Administração Pública, conclui-se pela não participação de empresas na forma de consórcio para este processo licitatório particular, em alinhamento aos objetivos e fundamentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a preservação do meio ambiente é um princípio intrínseco ao planejamento e execução das contratações públicas, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º). Nesse sentido, mesmo sem citar impactos ambientais específicos, a análise prévia de possíveis efeitos negativos ao meio ambiente, decorrentes da aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais, e as estratégias de mitigação são essenciais.

Para garantir a conformidade com os princípios de sustentabilidade e desenvolvimento nacional sustentável da Lei nº 14.133/2021, medidas mitigadoras serão adotadas, a começar pela escolha de produtos que atendam a critérios ambientais estabelecidos nas especificações técnicas da contratação. Isso inclui a preferência por equipamentos e EPIs produzidos com materiais recicláveis, biodegradáveis ou de fontes renováveis, assim promovendo a redução da pegada ecológica.

Além disso, a seleção de fornecedores que demonstrem práticas sustentáveis em suas produções e cadeias de suprimentos é uma forma efetiva de ampliar o impacto positivo da contratação pública, indo ao encontro do Art. 40, que enfatiza a importância de condições de aquisição alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

O processo de contratação incluirá a exigência de embalagens retornáveis ou recicláveis, minimizando os resíduos gerados. A logística de distribuição dos produtos selecionados também será considerada, optando-se por soluções que diminuam as emissões de gases de efeito estufa.

Por fim, a conscientização e capacitação sobre o uso adequado, conservação e descarte correto dos EPIs serão parte integrante das medidas adotadas, assegurando que os usuários finais contribuam para a minimização do impacto ambiental. Este plano de ação alinha-se ao Art. 12, § 1º, que indica a necessidade de planejamento das contratações de forma a promover práticas que resultem em menor dano ao meio ambiente, reforçando o compromisso da Administração Pública com a preservação ambiental.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma análise detalhada das informações disponíveis e considerando os princípios





estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, conclui-se favoravelmente pela viabilidade e razoabilidade da contratação para a aquisição de equipamentos de segurança pessoal e EPI para uso diário em serviço nas ações de segurança na manutenção da ordem e do bem estar social, realizada pelos Vigilantes e Guardas Civis Municipais nos ambientes Públicos do Município de Ipaporanga-Ce.

Este posicionamento se fundamenta nos seguintes aspectos da Lei nº 14.133/2021:

- Art. 5º assegura a observância de princípios como legalidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável na aplicação da lei, sustentando a contratação como uma ação alinhada ao interesse público e à gestão eficiente dos recursos públicos.
- Art. 11, I, enfatiza a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando não só os aspectos econômicos, mas também o ciclo de vida dos itens a serem adquiridos. Os equipamentos de segurança e EPI selecionados oferecem não apenas a adequação técnica necessária, mas também representam uma solução econômica vantajosa a médio e longo prazo.
- Art. 40, I, V, demonstra a importância da padronização e do parcelamento das contratações, quando viável e economicamente vantajoso. Neste caso, a aquisição de equipamentos e EPIs específicos atende a essa diretriz, garantindo não apenas a economia de escala, mas também a consistência e a qualidade necessária para o desempenho seguro das atividades pelas equipes de segurança.
- Art. 18, §1º, XIII, estabelece a importância de um posicionamento conclusivo quanto à adequação da contratação para atender às necessidades identificadas. O rigoroso levantamento e análise de mercado realizados proporcionam uma base sólida para assegurar que a solução escolhida é, de fato, a mais adequada e benéfica para a Administração Pública.

Além disso, a realização dessa contratação está alinhada com o compromisso da Administração Pública de promover a segurança dos seus servidores, provendo-os com equipamentos e EPIs que atendam às normas técnicas aplicáveis e que garantam a adequada proteção no desempenho de suas funções. Tal medida impactará positivamente na eficiência e eficácia dos serviços prestados à população, otimizando recursos e reforçando a responsabilidade social e fiscal da gestão pública.

Diante do exposto, com base na Lei nº 14.133/2021, verifica-se a viabilidade e a razoabilidade da contratação proposta, recomendando-se sua aprovação por promover a economicidade, a eficiência, e por estar alinhada com as diretrizes de uma gestão pública responsável e voltada ao bem-estar social.

Ipaporanga / CE, 8 de maio de 2024

assinado eletronicamente

Antonio Gustavo Gomes de Sousa

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

